



Uma pista de patinação em Jacaraípe, próximo à praia

## Calçadão em Jacaraípe não atende padrões de projeto

O calçadão que impede o tráfego de veículos na avenida Nossa Senhora dos Navegantes, em Jacaraípe, e que durante algum tempo teve suas obras embargadas pela Capitania dos Portos, não cumpre as determinações contidas no projeto piloto daquele balneário, estando inclusive com erro de localização. O documento elaborado pela ex-Fundação Jones dos Santos Neves previa a transformação da avenida em "via de vivência" e não foi executado por falta de verbas pela Prefeitura da Serra.

Mas serviu, no entanto, para abrir as portas ao Jacaraípe Praia Hotel, cujo proprietário, Mario Kromidas, executou a construção do calçadão que, pertinho do seu estabelecimento, atravessa toda a avenida até à praia, distando apenas cerca de 10 metros da linha da maré. Junto com o calçadão foram construídos uma pista de patinação e um campo de peladas, instaladas diversas sombrinhas plásticas e uma mesa de cimento no vão central. Para a construção, o proprietário do hotel Jacaraípe baseou-se no projeto elaborado pela ex-Fundação Jones dos Santos Neves, alterando-o e, agora, pretendendo isenção de impostos pela construção.

### VIVÊNCIA

Realmente, o projeto elaborado pela técnica Márcia Grande Monteiro de Tancredo, a pedido do prefeito José Maria Feu Rosa, propunha a construção de uma via de vivência, que seria "interrompida em diversos trechos pelo prolongamento dos passeios das vias de penetração, impedindo o tráfego contínuo de veículos ao longo da praia, surgindo como uma alternativa às chamadas avenidas Beira Mar, tão usuais em trechos da orla marítima e que comprometem as atividades de lazer visto serem elementos geradores de ruído, tensão e poluição ambiental".

No projeto, estas interdições dividiriam a avenida em quatro lances. O primeiro, a partir do início da pista até à rua Porto Alegre, a segunda a partir da rua Porto Alegre até à rua São Paulo, seguindo-se uma terceira a partir desta rua até à rua Marília R. Coutinho e, daí em diante, ao final da praia. Essas interdições,

do organismo municipal para desenvolver o projeto piloto de Jacaraípe.

### ESCLARECIMENTOS

O prefeito explicou que, devido ao índice de crescimento do município nos últimos anos, ele foi obrigado a transferir as verbas destinadas ao projeto turístico de Jacaraípe em função de bairros mais pobres e ainda carentes de rede de esgotos, saneamento básico, calçamento e escolas. Outros moradores e comerciantes localizados na avenida Nossa Senhora dos Navegantes estariam também interessados em participar do projeto. Basicamente, a Prefeitura da Serra transferiu e está transferindo poderes para os proprietários das residências e casas comerciais da área, para urbanizar o local. Mas não há fiscalização para cumprimento do projeto.

Tanto que, ontem à tarde, a Capitania dos Portos embargou uma outra obra no local. Em frente ao restaurante Corsário, no início da avenida, estava sendo construído um monumento para intronização de uma imagem de Iemanjá. Nada disso constava no plano piloto projetado pela ex-Fundação Jones dos Santos Neves e a obra foi paralisada ontem por determinação da Capitania dos Portos. O mesmo embargo foi imposto à obra do proprietário do Jacaraípe Praia Hotel, no início. Só que, de posse do projeto e das condições conseguiu autorização para continuar a execução do calçadão.

Em troca do benefício que estaria fazendo para a praia — isso se o projeto estivesse sendo cumprido à risca — o proprietário do calçadão, que impede o tráfego normal de veículos na avenida, pretendia isenção do Imposto Sobre Serviços — ISS — de origem municipal, até o final do ano. O pedido foi formulado oficialmente ao prefeito José Maria Feu Rosa, que o encaminhou à Procuradoria antes de transformá-lo em anteprojeto de lei para submetê-lo à apreciação da Câmara Municipal. Até ontem a Procuradoria ainda não havia opinado sobre a concessão ou não da isenção de impostos. E os vereadores não se pronunciam a respeito do assunto.

O calçadão que impede o tráfego de veículos na avenida Nossa Senhora dos Navegantes, em Jacaraípe, e que durante algum tempo teve suas obras embargadas pela Capitania dos Portos, não cumpre as determinações contidas no projeto piloto daquele balneário, estando inclusive com erro de localização. O documento elaborado pela ex-Fundação Jones dos Santos Neves previa a transformação da avenida em "via de vivência" e não foi executado por falta de verbas pela Prefeitura da Serra.

Mas serviu, no entanto, para abrir as portas ao Jacaraípe Praia Hotel, cujo proprietário, Mario Kromidas, executou a construção do calçadão que, pertinho do seu estabelecimento, atravessa toda a avenida até à praia, distando apenas cerca de 10 metros da linha da maré. Junto com o calçadão foram construídos uma pista de patinação e um campo de peladas, instaladas diversas sombrinhas plásticas e uma mesa de cimento no vão central. Para a construção, o proprietário do hotel Jacaraípe baseou-se no projeto elaborado pela ex-Fundação Jones dos Santos Neves, alterando-o e, agora, pretendendo isenção de impostos pela construção.

### VIVÊNCIA

Realmente, o projeto elaborado pela técnica Márcia Grande Monteiro de Tancredo, a Rosa, propunha a construção de uma via de vivência, que seria "interrompida em diversos trechos pelo prolongamento dos passeios das vias de penetração, impedindo o tráfego contínuo de veículos ao longo da praia, surgindo como uma alternativa às chamadas avenidas Beira Mar, tão usuais em trechos da orla marítima e que comprometem as atividades de lazer visto serem elementos geradores de ruído, tensão e poluição ambiental".

No projeto, estas interdições dividiriam a avenida em quatro lances. O primeiro, a partir do início da pista até à rua Porto Alegre, a segunda a partir da rua Porto Alegre até à rua São Paulo, seguindo-se uma terceira a partir desta rua até à rua Marília R. Coutinho e, daí em diante, ao final da praia. Essas interdições, dentro do planejamento inicial da ex-Fundação Jones dos Santos Neves, além do alongamento da calçada das vias de penetração não previam qualquer outro tipo de construção na pista de rolamento e, sim, na área entre a via de tráfego e a praia, com a obrigatoriedade de manutenção da vegetação original em alguns locais e plantio de árvores em outros.

No caso do calçadão do Jacaraípe Praia Hotel, nada disso aconteceu. Foi feita apenas uma larga passarela, a partir de uma das entradas do hotel, até à praia, destruindo-se inclusive a vegetação ali existente. De um lado foi feita uma pista de patins e, do outro, um campo de peladas, criando-se inclusive dois estacionamento que deverão ser mantidos pelo hotel. Mas tudo descaracterizado do projeto inicial, que serviu de sustentação, inclusive, para que a Capitania dos Portos permitisse a construção do local.

Situado no trecho entre as ruas Porto Alegre e São Paulo, o projeto está uma quadra além do local previsto pela ex-Fundação Jones dos Santos Neves. E o projeto não sofreu nenhuma alteração desde 1977, conforme admitiu ontem o prefeito José Maria Feu Rosa, quando interpelado sobre o calçadão. De acordo com ele, a execução de parte do projeto de urbanização da avenida Nossa Senhora dos Navegantes foi proposta devido à falta de verbas

do organismo municipal para desenvolver o projeto piloto de Jacaraípe.

### ESCLARECIMENTOS

O prefeito explicou que, devido ao índice de crescimento do município nos últimos anos, ele foi obrigado a transferir as verbas destinadas ao projeto turístico de Jacaraípe em função de bairros mais pobres e ainda carentes de rede de esgotos, saneamento básico, calçamento e escolas. Outros moradores e comerciantes localizados na avenida Nossa Senhora dos Navegantes estariam também interessados em participar do projeto. Basicamente, a Prefeitura da Serra transferiu e está transferindo poderes para os proprietários das residências e casas comerciais da área, para urbanizar o local. Mas não há fiscalização para cumprimento do projeto.

Tanto que, ontem à tarde, a Capitania dos Portos embargou uma outra obra no local. Em frente ao restaurante Corsário, no início da avenida, estava sendo construído um monumento para intronização de uma imagem de Iemanjá. Nada disso constava no plano piloto projetado pela ex-Fundação Jones dos Santos Neves e a obra foi paralisada ontem por determinação da Capitania dos Portos. O mesmo embargo foi imposto à obra do proprietário do Jacaraípe Praia Hotel, no início. Só que, de posse do projeto e das Kromidas conseguiu autorização para continuar a execução do calçadão.

Em troca do benefício que estaria fazendo para a praia — isso se o projeto estivesse sendo cumprido à risca — o proprietário do calçadão, que impede o tráfego normal de veículos na avenida, pretendia isenção do Imposto Sobre Serviços — ISS — de origem municipal, até o final do ano. O pedido foi formulado oficialmente ao prefeito José Maria Feu Rosa, que o encaminhou à Procuradoria antes de transformá-lo em anteprojeto de lei para submetê-lo à apreciação da Câmara Municipal. Até ontem a Procuradoria ainda não havia opinado sobre a concessão ou não da isenção de impostos. E os vereadores não se pronunciam a respeito do assunto.

Na verdade, o calçadão, além de impedir o tráfego pela avenida, irá beneficiar somente aos hóspedes e eventuais frequentadores do Jacaraípe Praia Hotel. Para que as interdições previstas no projeto da ex-Fundação Jones dos Santos Neves fossem feitas seria necessária uma série de providências paralelas a partir do ordenamento do trânsito de todas as vias de acesso, denominadas "de penetração", que, partindo da ES-10 (Rodovia do Sol), atingissem a Nossa Senhora dos Navegantes. Elas funcionaria em conjunto com a "via de vivência", pavimentadas e arborizadas.

Os passeios das divisões da avenida estendidos até a praia deveriam ser totalmente arborizados, com oito tipos de essências nativas (Sibiruna, Castanheira, Jambiro, Palmeira, Palmeira Jerivá, Coqueiro da Bahia, Flamboyant e Cássia Chuva de Ouro), além da vegetação rasteira "natural" e vegetação rasteira de folhagens. No quarteirão onde está localizado o Jacaraípe Praia Hotel, entre as ruas João Pessoa e rua Goiânia, não há previsão de nenhuma interdição. Mas, sim, do plantio de pelo menos 24 árvores de quatro tipos (Jambiros, Palmeiras, Coqueiro da Bahia Flamboyant) e a manutenção da vegetação rasteira natural. E previsão para estacionamento e banheiros. Além da autorização para construção de quiosques em frente ao hotel.